



FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: PROPOSTA DE PARQUE-CULTURAL PARA CIDADE DE CORBÉLIA – PR

LIRA, Bruna Thais¹
CARDOSO, Sandra Magda Mattei²

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi concentrar informações importantes sobre a paisagem urbana, para então adquirir conhecimentos específicos para a criação de um Parque-Cultural para a cidade de Corbélia – PR, especialmente na área de paisagismo e urbanismo. A proposta envolve aspectos sociais, esportivos, culturais e recreativos, que garantem a ideia central de um parque cultural, com espaços de paisagismo, arquitetura e planejamento urbanístico, com atividades de contemplação, eventos culturais, esportivos, com um plano de necessidades complexo, que enquadra vários tipos de atividades e equipamentos para todas as idades, tornando um espaço de convívio múltiplo, que valoriza o espaço, e traz de forma simplificada um novo ambiente a cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem Urbana. Paisagismo. Urbanismo.

PROPOSAL FOR CULTURAL PARK FOR THE CITY OF CORBÉLIA – PR

ABSTRACT

The aim of this study was to focus important information about the urban landscape, and then acquire specific for the creation of a Cultural Park, to the city of Corbélia - PR, especially in the area of landscaping and urbanism. The proposal involves social, sporting, cultural and recreational aspects, to ensure the central idea of a cultural park, with spaces for landscaping, architecture and urban planning, with contemplation activities, cultural, sports, events with a plan of complex needs that fits various types of equipment and activities for all ages, making a space for multiple interaction that enhances the space and brings in simplified form a new city environment.

KEYWORDS: Urban Landscape. Landscaping. Urbanism.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende tratar a composição urbana, com uma proposta paisagística e arquitetônica para a criação de um Parque-Cultural, na cidade de Corbélia - PR, e busca a readequação deste espaço, para que abrigue um ambiente de conforto e equilíbrio paisagístico, e que transforme este espaço degradado, em habitável, e traga de certa forma a cultura para a cidade, como forma de estabelecer identidade a esse espaço urbano

O objetivo geral deste trabalho é fazer um levantamento quanto às atividades que ocorrem no local, e a criação de um plano de necessidades para a adequação destes serviços, através de um projeto arquitetônico e paisagístico, de acordo com o conceito e necessidades da população. Também vamos elaborar referencial teórico para o desenvolvimento da pesquisa ao longo da proposta projetual, realizar levantamento para a o entendimento do plano de necessidades das atividades do entorno, e seus elementos de composição, compreender a importância de um parque, com seus projetos paisagísticos, e sua relação com o entorno e seus usuários, propor os espaços necessários às atividades diárias de seus respectivos habitantes, afinal, criar um projeto que se relaciona com o contexto urbano no qual será inserido, e como os usuários do espaço projetado proposto se adequam e se sentem em relação ao entorno, e trabalhar com a integração histórica das construções, e suas ruínas, aos elementos modernos necessários ao lazer e a cultura da população, completando assim com o estudo das normas técnicas específicas sobre praças e parques públicos.

O presente artigo trata-se de um recorte de fundamentação teórica de uma pesquisa em elaboração.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS DA HISTÓRIA E DA TEORIA

Segundo Rebello (2000) conceber uma estrutura, é entendê-la e ser capaz de explicá-la, não significa necessariamente materializá-la. Por isso, a concepção estrutural tem de ser feita antes do dimensionamento, ou seja, é uma atitude metódica e intuitiva, que precisa de consciência das possibilidades de sua existência, assim, percebendo a

¹ Acadêmica de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Assis Gurgacz, formada em 2014. Aluna de PICV (Pesquisa de Iniciação Científica Voluntária) do Grupo de Pesquisa Intervenções na Paisagem Urbana – INPAI, em pesquisa que originou o presente artigo. E.mail: brunathaislira@hotmail.com.

² Professora orientadora da presente pesquisa. E.mail: sandramatteic@hotmail.com.

sua relação com o espaço, e se será capaz de transmitir as cargas ao solo, suportar seu peso, e reconhecer os materiais adequados para a estrutura que se adaptam aos sistemas.

Para Rebello (2000) o cálculo não concebe uma forma, e sim a mente humana idealizadora, que utiliza o cálculo para comprovar e corrigir o que se intuiu. “Não tem sentido aplicar-se um modelo matemático – o cálculo – a um modelo físico que não lhe corresponda, pois se chegará a um resultado errado ou, mesmo, a nenhum.” (REBELLO, 2000, p. 27)

Rebello (2000) afirma que não é apenas a resistência do material que garante a um elemento estrutural a capacidade de suportar cargas, mas sua forma é muitas vezes mais importante para determinar sua resistência. E quando uma forma estrutural é bem elaborada, ela se demonstra em rendimento na sua capacidade resistente.

É necessário conhecer o material com o qual vamos trabalhar, pois isso permite que se tire o melhor de suas características e assim evitando utilizar de maneira inadequada, colocando em risco uma estrutura projetada. (REBELLO, 2000)

Segundo Pfeil (2003) a madeira é um material de construção utilizado pelo homem desde a pré-história, as mais importantes obras eram construídas com madeira ou pedra, e frequentemente utilizavam os dois materiais juntos. E atualmente, o emprego da madeira nas obras esta sendo mais comum, e influenciado por pesquisas sobre o comportamento mecânico e o seu uso em sistemas estruturais.

Engel (2001) acredita que as estruturas existentes na natureza, tem a técnica de servir, com a finalidade de não somente controlar o seu peso próprio, mas a de receber a sobrecarga adicional que lhe é imposta, esta é a ação mecânica, que chamamos de suporte. O processo de suporte não é apenas uma ação de recebimento de carga, mas o procedimento de transmiti-las. Sem a capacidade de transferir e descarregar cargas, um sólido e sua estrutura não são capazes de suportar seu peso próprio e menos ainda a capacidade de uma sobrecarga.

Lamberts (1997) explica que os materiais de construção tem forte influência sobre o conforto interior de um ambiente, pois as especificações dos materiais precisam ser entendidas, e aplicadas, de acordo com suas propriedades e de sua adequação plástica ao projeto.

Segundo Lamberts (1997) o bom aproveitamento do clima pode ser alcançado pelo planejamento dos detalhes da edificação. O paisagismo, a orientação e o tipo de construção são escolhas fundamentais para o edifício em relação ao clima. Alguns fatores que deve se levar em conta são a ventilação, a orientação solar, o clima da região, a vegetação que poderá ser utilizada, para então garantir o conforto energético da edificação.

A forma arquitetônica pode apresentar grande influência no conforto ambiental de uma edificação e no seu consumo de energia, pois, segundo Lamberts (1997) a edificação interfere diretamente sobre a luz e o calor recebidos, e os fluxos de ar no interior e no exterior da edificação.

Lamberts relata que “alguns arquitetos consideram que a função é consequência da forma, outros que a forma segue a função. No entanto, a alternativa mais correta seria considerar ambas com a mesma prioridade desde o início do projeto. Embora a função a que se destina um edifício possa ser atrelada a uma forma preconcebida, é capaz, no entanto, de sofrer modificações após a ocupação e a consequente apropriação espacial. É possível que uma arquitetura funcional acabe por se tornar confortável e ineficiente durante o desempenho de tarefas no seu interior. Para evitar isto, o arquiteto deve entender, além das relações térmicas, acústicas e visuais, as relações antropométricas e proxêmicas entre o homem e o espaço”. (LAMBERTS, 1997, p. 55)

A praça, como elemento de reunião de pessoas e para local de exercício de atividades diferentes num determinado espaço, surgiu, segundo Marx (1980) de maneira marcante e típica, destacando-se na paisagem urbana, dentre os edifícios de capelas e igrejas, como estabelecimentos de prestígio social. E assim realçava os edifícios e acolhia os seus frequentadores.

Num parque urbano, para a melhor escolha das estruturas e seus materiais, são levadas em conta o tipo de atividade que se desenvolverá, e o tipo de usuário que vivenciará este espaço. O sucesso do projeto esta relacionado ao atendimento das necessidades das pessoas, especialmente no que se refere ao local da atividade e seus equipamentos. Por isso, é fundamental observar que os usuários são pessoas diferentes e cada faixa etária necessita de itens e equipamentos diferentes para utilização. (MIRANDA, 1996)

Abbud (2006), explica que, por exemplo, bebês e crianças de até 5 anos, são vigiados por pessoas mais velhas, seus responsáveis, ou seja, é necessário que seja previsto um espaço próximo, confortável para estes acompanhantes, as crianças necessitam de sol pela manhã, por isso o local deve ter sua orientação adequada para este uso, e utilizam mini-escorregadores, gira-giras, casinhas e gangorras, e quanto ao espaço, estes brinquedos deveram estar assentados em pisos emborrachados e macios, para conforto dos pequenos usuários. Assim, o local para as crianças maiores, de 5 a 10 anos, que tem brincadeiras mais agitadas, como escadas e escorregadores altos, e pontes de corda até os castelos e fortes com tubos de escorregar, pode ser próximo, mas ligeiramente separados daqueles das crianças menores. Uma ideia básica no conceito de brinquedos de crianças é a de proporcionar estas em grupo, é uma forma da criança estar dentro do convívio social e de aproximação com a outra, tornando a brincadeira mais enriquecedora. Já os pré-adolescentes precisam de outros espaços, pois estes já se tornam pequenos para eles, por isso, o ideal são brincadeiras como

bicicross, skate, patins, cujas pistas podem ter dimensões e complexidades variadas. E por fim, estas pistas devem ser cercadas, para maior segurança.

Para os adolescentes, que gostam de se reunir para conversar, ouvir músicas, jogar jogos de mesa, sempre de tarde até o anoitecer, o ideal são praças de estar, ao ar livre, com pérgulas, e árvores para sombreamento, assim, poderá seu usado este mesmo espaço, principalmente por idosos, que preferem os primeiros horários para tomar sol, aproveitar os jardins e relaxar. (Abbud, 2006)

Abbud (2006) explica que há também os espaços compartilhados por todas as faixas etárias, como as áreas esportivas, pistas de cooper, e áreas com mesas e churrasqueiras. Assim, como um local que acolha também festas maiores, como festas juninas e comemorações da cidade. Em geral, é importante incorporar ao projeto os costumes e gostos da população, para que estes espaços sejam bem utilizados e não desprezados.

2.2 FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS DE PROJETO

Le Corbusier (2000) acredita que a casa, a rua, e a cidade são pontos de aplicação do trabalho humano, e devem estar em ordem, pois senão contrariam os princípios básicos pelos quais no orientamos, em desordem, elas se contrapõem a nós, nos obstruem, como a natureza ambiente que combatíamos.

Na natureza caótica, o homem, cria um ambiente de refúgio, como uma zona de proteção, que seja como ele acredita, cujo interior ele se sinta em segurança. Le Corbusier explica quanto ao homem que “O que ele faz é uma criação e esta contrasta ainda mais com o meio natural porque seu objetivo esta mais perto do pensamento e mais afastado, mais separado do corpo. Pode-se dizer que quanto mais as obras humanas se afastam da apreensão direta, mais tendem a pura geometria: um violino, uma cadeira que tocam nosso corpo tem uma geometria diminuída, mas a cidade é pura geometria. Faz então o que chamamos de ordem.” (LE CORBUSIER, 2000, p. 21)

Para Le Corbusier o urbanismo logo deixará de ser rejeitado, e será uma das mais afetuosas questões colocadas em discussão. Em breve, as questões colocadas diariamente pelo urbanismo, nos farão uma reflexão, pois cinquenta anos de maquinismo nos deram a tração automóvel, a velocidade aumentou, as fábricas entregam carros diariamente, pois hoje em dia, acreditasse que é preciso fazer as coisas depressa nas cidades.

De acordo com Carlos (2007) a cidade, expressão e significação da vida humana, obra e produto, processo histórico cumulativo, contém e tornar-se visível ações passadas ao mesmo tempo, já que o futuro se ergue a partir das tramas do presente, o que nos coloca diante da incoerência de pensar a cidade abstraída da sociedade e do momento histórico em que vivemos.

Carlos (2007) acredita que a prática urbana nas relações sociais, é um rastro importante para compreender a cidade em sua totalidade, deste modo devemos considerar o fato de pensarmos nas questões urbanas, não somente na cidade de realidade real e concreta, mas também em sua autoridade. É por isso que podemos afirmar que no espaço da cidade se pode entender as possibilidades reais de prática da sociedade. É neste processo que a cidade revela que a sociedade urbana esta se formando a partir do processo de urbanização do mundo comprovando uma realidade concreta e ideal.

A paisagem urbana, enquanto momento, instantâneo que surge a primeira vista aos olhos do pesquisador, revela relações, ações, que iniciam a investigação sobre a cidade. A ideia de paisagem, na perspectiva geográfica, liga-se ao plano do imediato aquele da produção do espaço, analisando enquanto produto das transformações que a sociedade humana realiza a partir da natureza, num determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas, sob múltiplas formas de uso, seja através da construção da moradia, do lazer, das atividades de trabalho. Isto porque a natureza transformada pela ação humana, ao longo de uma série de gerações, dá-se enquanto modos de apropriação visíveis na paisagem, reproduzindo a história e a concepção do homem, sobre morar, trabalhar, viver. A paisagem por sua vez, contém mistérios, beleza, sinais, símbolos, alegorias, tudo carregado de significados; memória, que “revela múltiplas impressões passadas”, imagens impregnadas na história. (CARLOS, 2007, p. 35)

A cidade, afirma Carlos (2007), por si, se vislumbra a partir de suas formas, enquanto construção humana, acúmulo de tempo, diz respeito à história da humanidade e nos traz a questão da “longa duração”, mas ao analisarmos os centros comerciais, hoje, percebemos que o tempo degrada o “eterno e o contínuo” atribuindo-nos a “curta duração”.

Segundo Lynch (1999), cada pessoa tem uma interpretação, e lembranças de alguma parte da cidade, os elementos móveis, ou seja, as pessoas e suas atividades são tão importantes quanto às partes físicas permanentes da cidade.

2.3 FUNDAMENTOS DO URBANISMO E DO PLANEJAMENTO URBANO

Segundo Segawa (1996) a disciplina urbanística e a salubridade determinam, a partir de meados da década de 80, a necessidade de criar ‘pulmões’ para as cidades, implantar praças ajardinadas e parques entre os aglomerados urbanos. À medida que as cidades cresciam foram muitas as tentativas de loteamento dos vazios urbanos, por isso a cultura salubrista foi a responsável pela manutenção das áreas livres no centro das cidades, no momento em que a expansão urbana valorizava estas terras centrais.

Contudo, não é apenas a natureza racionalizada que esta por trás das possíveis explicações da origem dos recantos ajardinados de nossas preocupações. Vale recordar que, embora as bases da ciência moderna estejam situadas nas ideias daqueles seres humanos seiscentistas e setecentistas que observaram o mundo exterior com atento olhar indutivo, o “racional” e “irracional”, o natural e o sobrenatural se imiscuíam naquele momento. (SEGAWA, 1996, p. 22)

Sobre a extensão territorial requerida para a criação de jardins públicos, Segawa (1996) explica que sua implantação dentro dos núcleos urbanos não era facilitada, ao contrário, somente os passeios foram estabelecidos no miolo da cidade, e mais tarde, então foi feito o aproveitamento de áreas tradicionalmente tidas como inúteis: sobre várzeas e terrenos de topografia complicada. Então foi a conquista de terra firme, ocupando estes espaços com a natureza saudável. Transformando assim os terrenos outrora sem préstimo, em áreas valorizadas e vizinhanças valorizadas.

Os jardins sobrepujaram o tempo e sobreviveram, foram então, alcançados pela urbanização e incorporados as tradicionais cidades, como preciosas áreas livres nos centros das cidades, transformando a paisagem do século 20. (SEGAWA, 1996)

Na percepção dos jardins, Segawa (1996) acredita que a paisagem é a consciência humana diante de um espaço, imaginado e criado, como uma contemplação visual que se desdobram em significados e novas imagens. Destas diferentes visões é que surge a apreciação dos jardins nas dimensões de percepção.

Sobre a sociedade, Segawa (1996) descreve que “uma dimensão cognitiva do jardim passa ao largo de considerações racionais ou míticas, supondo apenas o reconhecimento de regras criadas e aceitas pela sociedade. O jardim público consagra-se nos séculos 16 e 17 como o recinto de uma sociabilidade distinta daquela das praças públicas”.

Segawa (1996) explica que nas grandes cidades os jardins são como refúgios da civilização. E completa que onde houver árvores, ar puro, sol que incide entre as folhas verdes e um céu azul pode ter certeza de que qualquer criatura sente o domínio rubro do sexto sentido, parece liberto o Homem da Cidade.

Segundo Wong (1998), a criação visual é o resultado de um tipo de expressão artística que durante o processo reflete nossa personalidade em forma de traços e formatos espontâneos.

Tratando-se das formas do espaço, Ching, acredita que “enquanto uma organização centralizada tem uma forte base geométrica para a organização de suas formas, uma organização de suas formas, uma organização aglomerada agrupa suas formas de acordo com exigências funcionais de tamanho, formato ou proximidade. Embora não tenha a regularidade geométrica e a natureza introvertida das formas centralizadas, uma organização aglomerada é flexível o suficiente para incorporar formas de vários formatos, tamanhos e orientação em sua estrutura”. (CHING, 1998, p. 66)

Para a criação de espaços, Ching (1998) explica que quando se cria uma transição com degraus, terraços ou rampas de um nível para o outro, isto contribui para promover a continuidade no espaço entre uma superfície inferior e a área que esta elevada ao seu redor. E enquanto o ato de elevar um espaço pode expressar a significância do espaço, o rebaixamento de um ambiente a um nível inferior ao de seus arredores pode enaltecê-la a sua natureza tímida e a suas qualidades para abrigo e proteção. Ching, mostra que “as depressões na topografia de um terreno podem servir como palcos de arenas e anfiteatros externos. A mudança natural de nível beneficia tanto as linhas de visão como a qualidade acústica desses espaços”. (CHING, 1998, p. 110)

2.4 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO

A arquitetura paisagística limita e subdivide os espaços. Mas esse trabalho não surge do nada, pois há sempre um espaço físico preexistente sobre o terreno que sofrera intervenção e se estende pela paisagem do entorno. Os volumes vegetais e construídos propostos dividirão esse espaço inicial em unidades menores, que serão percebidas e vivenciadas em relação às maiores. (ABBUD, 2006)

O projeto de paisagismo deve fazer uso do jogo de dissimular e mostrar certos elementos, fazendo com que os percursos sejam marcados por prazerosas descobertas. A modelagem espacial diversificada por meio dos volumes vegetais e construídos é a base de um bom projeto paisagístico. É por esse percurso que teremos sensações diferenciadas, incluindo a sensação de beleza. Mas desenhar bons espaços vai além disso. (ABBUD, 2006, p. 20)

Segundo Abbud (2006) não há um projeto de paisagismo sem a definição de lugares, pois lugar é todo espaço agradável que atrai o encontro das pessoas, e que estimula a permanecer e fazer alguma atividade, como meditação, leitura, conversas em grupos, descanso, ou simplesmente, de contemplação. E num projeto de paisagismo, as necessidades e expectativas de um cliente não existem, mas sim de um coletivo, um público-alvo, isso exige mais cuidado para tornar o espaço agradável, e satisfatório aos futuros usuários.

Para o bom desenvolvimento de um projeto de parque, Abbud (2006) explica que o sucesso do projeto de paisagismo está absolutamente relacionado ao atendimento dos gostos e necessidades das pessoas, principalmente no que se refere aos equipamentos e locais para as atividades. E para que isso se torne um conceito de projeto é fundamental observar que nem todos são iguais e que cada faixa etária gosta ou precisa de coisas e equipamentos diferentes.

O parque urbano, segundo Macedo (2003) é um produto da cidade da era industrial e nasceu a partir do século XIX, da necessidade de trazer as cidades, espaços adequados para atender a um novo processo social: o lazer, o tempo de folga e para contestar ao ambiente urbano. A evolução do parque urbano nestes 200 anos tem seguido as mudanças urbanísticas das cidades, assim, ficando um depoimento importante dos valores culturais e sociais das populações urbanas.

Macedo (2003) explica que atualmente, com a requalificação dos espaços, principalmente das áreas centrais urbanas das cidades, com o processo crescente de espaços de recreação e lazer, a temática do parque urbano assuma papel central no desenvolvimento dos planos e projetos urbanos e paisagísticos. E por trás dessa característica de muitos parques, está o papel real do parque como um espaço livre e público, estruturado por uma vegetação e destinado ao lazer da massa urbana. O parque público como conhecemos, é um elemento símbolo das grandes cidades modernas, estando em um processo de recodificação constante.

De acordo com Macedo (2003) novas funções foram introduzidas nos espaços públicos no decorrer do século XX, como as atividades esportivas, as do lazer sinestésico dos brinquedos eletrônicos, mecânicos e dos espaços cenográficos dos parques temáticos, e as de defesa de recursos naturais, típicas dos parques ecológicos, deixando de lado o caráter contemplativo, característico dos primeiros grandes parques públicos. Tais funções trazem novas denominações, novos adjetivos a estes tipos de parques e são atribuídos a eles os novos nomes como, por exemplo, parque ecológico e parque temático.

Por mais de cem anos, os vazios urbanos, geralmente várzeas de rios, que praticamente costuravam todas as cidades do país, foram às verdadeiras áreas de lazer, como praças e parques urbanos formais da época. Segundo Macedo, “somente com a sua diminuição e mesmo desaparecimento, a partir da segunda metade do século XX, e com a escassez real de áreas para lazer das massas menos privilegiadas, tal tipo de equipamento urbano tornou-se uma necessidade social”. (MACEDO, 2003, p. 24)

Na linha de pensamento de parques contemporâneos, Macedo explica, “outra vertente de projeto do parque contemporâneo inspira-se, com frequência, num certo formalismo, que remete ao trabalho de paisagistas americanos, franceses e espanhóis. Nesse sentido, destacam-se a simetria no desenho dos canteiros e no uso da vegetação, a utilização da água em formas elaboradas e o reaparecimento dos canteiros de espécies floríferas, formando tapetes coloridos. O uso desses e de outros elementos de ordem formal resulta em espaços dotados de uma plasticidade até então inédita. [...] Paralelamente ao uso dessas formas inovadoras na concepção formal do parque contemporâneo, desenvolve-se uma tendência de retorno a alguns valores do ecletismo, como a valorização dos espaços de contemplação e o uso de elementos decorativos, como pérgulas, mirantes, pontes e pórticos. Dento desta mesma tendência surgem os parques temáticos. No caso dos parques públicos, os temas rememoram algum evento histórico ou homenageiam alguma etnia importante para a cidade”. (MACEDO, 2003, p.68)

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sistemas estruturais caracterizam-se pela precisa definição e organização de seus temas, é o primeiro e único instrumento que gera a forma e o espaço, a estrutura pode estar completamente escondida pela forma da construção, como também poderá ser a própria arquitetura. (ENGEL, 2001)

Dentre os materiais de construção, a madeira é um material excepcional, e de matéria-prima industrial de variado aproveitamento, que acompanha a civilização desde os primórdios. Na condição de material de construção, a madeira tem um arranjo de características que dificilmente encontramos em outro material, pois ao mesmo tempo em que

apresenta resistência mecânica de todos os esforços, tem boas características de isolamento térmico, facilidade em ligações, e em seu estado natural, apresenta uma infinidade de usos estéticos e decorativos. (FACON BAUER, 1996)

Segundo Lamberts (1997), uma boa arquitetura é aquela que corresponde à eficiência energética e as necessidades de conforto dos usuários, e para que isso seja possível, então, é importante que o profissional tenha conhecimentos sobre o clima, o tempo, e suas variações, pois os fatores climáticos tem influência total sobre o espaço construído.

Lamberts (1997) explica que o bom aproveitamento do clima pode ser alcançado pelo planejamento dos detalhes da edificação. O paisagismo, a orientação e o tipo de construção são escolhas fundamentais para o edifício em relação ao clima. Alguns fatores que deve se levar em conta são a ventilação, a orientação solar, o clima da região, a vegetação que poderá ser utilizada, para então garantir o conforto energético da edificação.

Num parque urbano, para escolha das estruturas e seus materiais, são levadas em conta o tipo de atividade que se desenvolverá, e o tipo de usuário que vivenciará este espaço. O sucesso do projeto esta relacionado ao atendimento das necessidades das pessoas, especialmente no que se refere ao local da atividade e seus equipamentos. Por isso, é fundamental observar que os usuários são pessoas diferentes e cada faixa etária necessita de itens diferentes para utilização. (MIRANDA, 1996)

Abbud (2006), explica que, por exemplo, bebês e crianças de até 5 anos, são vigiados por pessoas mais velhas, seus responsáveis, ou seja, é necessário que seja previsto um espaço próximo, confortável para estes acompanhantes, as crianças necessitam de sol pela manhã, por isso o local deve ter sua orientação adequada para este uso, e utilizam mini-escorregadores, gira-giras, casinhas e gangorras, e quanto ao espaço, estes brinquedos deveram estar assentados em pisos emborrachados e macios, para conforto dos pequenos usuários. Assim, o local para as crianças maiores, de 5 a 10 anos, que tem brincadeiras mais agitadas, como escadas e escorregadores altos, e pontes de corda até os castelos e fortes com tubos de escorregar, pode ser próximo, mas ligeiramente separados daqueles das crianças menores. Uma ideia básica no conceito de brinquedos de crianças é a de proporcionar estas em grupo, é uma forma da criança estar dentro do convívio social e de aproximação com a outra, tornando a brincadeira mais enriquecedora. Já os pré-adolescentes precisam de outros espaços, pois estes já se tornam pequenos para eles, por isso, o ideal são brincadeiras como bicicross, skate, patins, cujas pistas podem ter dimensões e complexidades variadas. E por fim, estas pistas devem ser cercadas, para maior segurança.

Para os adolescentes, que gostam de se reunir para conversar, ouvir músicas, jogar jogos de mesa, sempre de tarde até o anoitecer, o ideal são praças de estar, ao ar livre, com pérgolas, e árvores para sombreamento, assim, poderá seu usado este mesmo espaço, principalmente por idosos, que preferem os primeiros horários para tomar sol, aproveitar os jardins e relaxar. (Abbud, 2006)

A praça, como elemento de reunião de pessoas e para local de exercício de atividades diferentes num determinado espaço, surgiu, segundo Marx (1980) de maneira marcante e típica, destacando-se na paisagem urbana, dentre os edifícios de capelas e igrejas, como estabelecimentos de prestígio social. E assim realçava os edifícios e acolhia os seus frequentadores.

Abbud (2006) explica que há também os espaços compartilhados por todas as faixas etárias, como as áreas esportivas, pistas de cooper, e áreas com mesas e churrasqueiras. Em geral, é importante incorporar ao projeto os costumes e gostos da população, para que estes espaços sejam bem utilizados e não desprezados.

A paisagem urbana, enquanto momento, instantâneo que surge a primeira vista aos olhos do pesquisador, revela relações, ações, que iniciam a investigação sobre a cidade. A ideia de paisagem, na perspectiva geográfica, liga-se ao plano do imediato aquele da produção do espaço, analisando enquanto produto das transformações que a sociedade humana realiza a partir da natureza, num determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas, sob múltiplas formas de uso, seja através da construção da moradia, do lazer, das atividades de trabalho. Isto porque a natureza transformada pela ação humana, ao longo de uma série de gerações, dá-se enquanto modos de apropriação visíveis na paisagem, reproduzindo a história e a concepção do homem, sobre morar, trabalhar, viver. A paisagem por sua vez, contem mistérios, beleza, sinais, símbolos, alegorias, tudo carregado de significados; memória, que "revela múltiplas impressões passadas", imagens impregnadas na história. (CARLOS, 2007, p. 35)

Segawa (1996) acredita que um fato que ocorre muitas vezes nas cidades é que o homem tenta imitar a natureza, estragando o que é natural, sem motivo, deixando a cidade de maneira artificial, fazendo com que o público abandone esses espaços. Segundo Segawa, a natureza, a paisagem e o jardim podem inspirar emoções e sentimentos, mas são os homens que lhe atribuem significados.

Ao tratar sobre os espaços urbanos, Macedo (2003) relata que o parque urbano nasceu na era industrial, da necessidade de obter novos espaços para atender o lazer, e contrapor-se ao ambiente urbano. A evolução do parque urbano tem acompanhado as mudanças urbanísticas das cidades, e assume um papel central no desenvolvimento dos planos e projetos urbanos.

Segundo Macedo (2003), o parque público é um elemento típico da cidade moderna, e tem como principal objetivo um local livre estruturado por vegetação e dedicado ao lazer da massa urbana. No decorrer dos séculos, novas

funções foram atribuídas aos parques, como as áreas esportivas, as de conservação de recursos naturais, e ao lazer sinestésico, de elementos mecânicos, e aos espaços para exposições, cenográficos de parques temáticos. Como se vê, a atual utilização dos parques no Brasil é abrangente, e suas características bem distintas, antes eram vazios urbanos, hoje em dia, são parques, jardins para recreação, e lazer de seus habitantes.

Para a criação de espaços, Ching (1998) explica que quando se cria uma transição com degraus, terraços ou rampas de um nível para o outro, isto contribui para promover a continuidade no espaço entre uma superfície inferior e a área que esta elevada ao seu redor. E enquanto o ato de elevar um espaço pode expressar a significância do espaço, o rebaixamento de um ambiente a um nível inferior ao de seus arredores pode enaltecê-la a sua natureza tímida e a suas qualidades para abrigo e proteção. Ching, mostra que “as depressões na topografia de um terreno podem servir como palcos de arenas e anfiteatros externos. A mudança natural de nível beneficia tanto as linhas de visão como a qualidade acústica desses espaços”. (CHING, 1998, p. 110)

De acordo com Romero (2001), o espaço público e seus elementos revelam as características do modelo de urbanização adotado, e deve ser um espaço pensado como uma unidade arquitetônica com os elementos climáticos, tecnológicos, culturais, históricos, ambientais e arquitetônicos, por isso sua concepção deve ser projetada, de forma definida, pensada e construída da mesma maneira como um edifício, o desenho do espaço urbano deve estar conectado com as características do meio ambiente, tais como, a topografia, a latitude e a cobertura do solo. Mas, a prática do desenho urbano não tem seguido estas categorias, e normalmente tem sido realizado sem levar em conta os impactos que afetam a qualidade ambiental, e que também acarretam problemas no conforto, na salubridade da população. Um bom projeto urbano requer uma concepção específica de ruas, espaços e edificações na sua interação com o meio, e focaliza a dimensão espacial do ambiente, na qual se origina perspectivas com características próprias, como um espaço concreto no conjunto de toda a malha urbana.

De acordo com Mascaró (2005), a vegetação urbana é aquela que permite que as edificações se integrem com o paisagismo, para construir a paisagem da cidade, esta que adquire a forma, e caráter, de acordo com a ação do homem e de sua cultura. A paisagem urbana sofre com o crescimento irregular das cidades, e seus conflitos, e ela necessita ser tratada.

As formas que compõem a paisagem, a natureza, deveriam ser aproveitadas para criar uma continuidade entre o espaço natural e o construído, permitindo que a cidade se inscreva com facilidade no meio natural, produzindo, assim, uma transição gradual do puramente construído, do artificial para o natural através de matizes da paisagem, com a sua carga de transformações, confirmações, ou contraposições. (MASCARÓ, 2005, p. 17)

A respeito das praças, são espaços de convívio, de encontros, e por sua natureza são urbanas e públicas, neste sentido, em nossa cultura, a praça é um local acessível, que une e comporta os mais diversos fluxos, e usos, que expressam neste espaço um caráter de ponto central de uma cidade. Sua localização, suas aberturas, e a maneira com que convida a adentrá-la, ampliam sua condição de ambiente público. (SUN, 2008)

A pesquisa cujo recorte de fundamentação teórica está apresentado no presente artigo, terá continuidade no segundo semestre de 2014.

REFERÊNCIAS

- ABBUD, Benedito. **Criando Paisagens**: Guia de Trabalho em Arquitetura Paisagística. 4º Ed. São Paulo: SENAC, 2006.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CHING, Francis D. K. **Arquitetura, Forma, Espaço e Ordem**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ENGEL, H. **Sistemas Estruturais**. 1º Ed. Barcelona: Gustavo Gill, 2001.
- FALCON BAUER, L. A. **Materiais de Construção**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos, 1996.
- LAMBERTS, Roberto. **Eficiência Energética na Arquitetura**. São Paulo: PW, 1997.
- LE CORBUSIER. **Urbanismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- MACEDO, Silvio Soares. **Parques Urbanos no Brasil**. 3º Ed. São Paulo: FAU USP, 2003.
- MARX, Murillo. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1980.



- MASCARÓ, Lúcia; MASCARÓ, Juan. **Vegetação Urbana**. 2º Ed. Porto Alegre: FINEP UFRGS, 2005.
- MIRANDA, Danilo S. de. **O Parque e a Arquitetura**: Uma Proposta Lúdica. São Paulo: Papirus, 1996.
- REBELLO, Y. C. P. **A Construção Estrutural e a Arquitetura**. 1º Ed. São Paulo: Ziguarte Editora, 2000.
- ROMERO, Marta Adriana Bustos. **Arquitetura Bioclimática do espaço público**. Brasília. Universidade de Brasília, 2001.
- SEGAWA, Hugo. **Ao Amor do Público** – Jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 1996.
- SUN, Alex. **Projeto da Praça**: Convívio e Exclusão no Espaço Público. São Paulo: SENAC, 2008.